



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JABOATÃO DOS GUARARAPES/PE

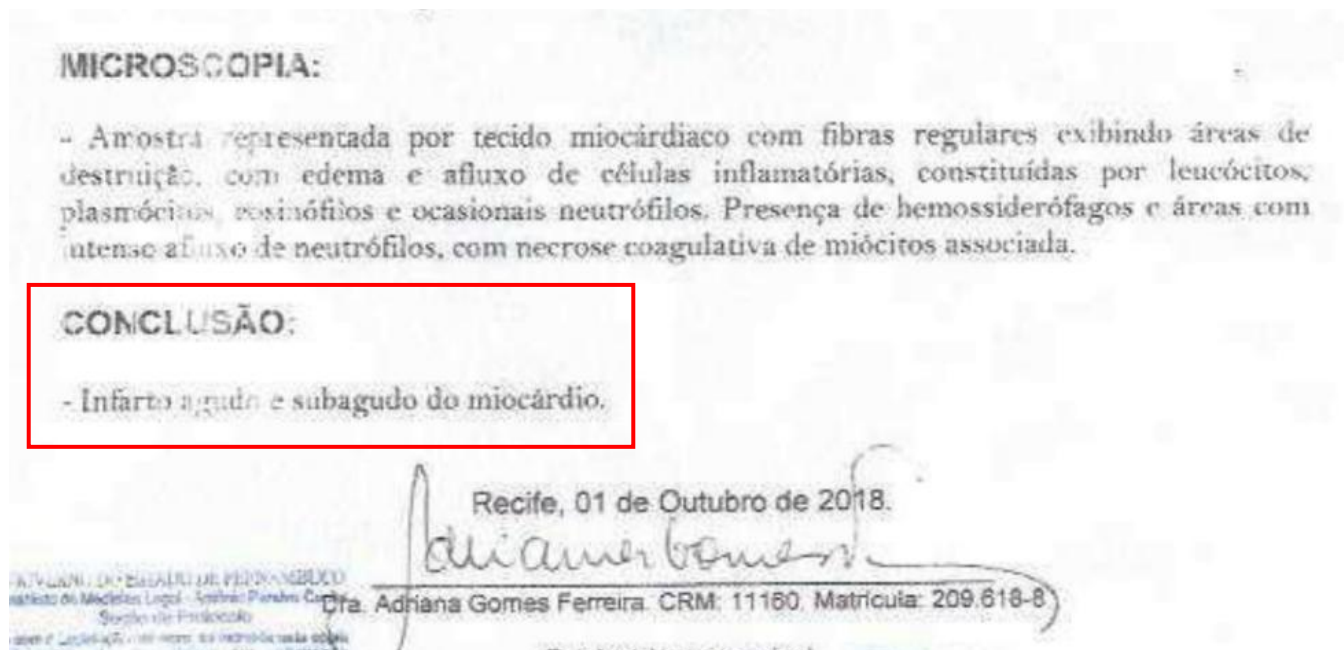
Processo: 00252278920198172810

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **GLAUCIA MARIA DOS SANTOS**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., em cumprimento ao despacho de fls. manifestar-se nos seguintes moldes:

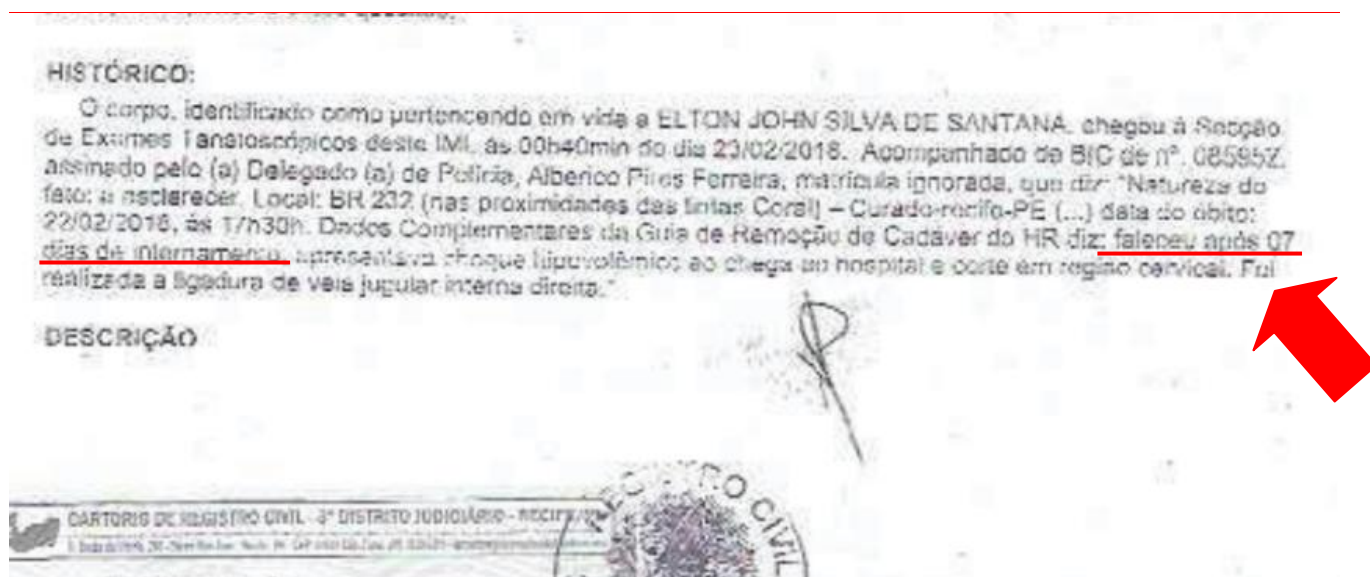
A parte autora alega que no dia 15.02.2018 o seu ente querido, o Sr. ELTON JOHN SILVA SANTANA, foi vítima fatal de acidente automobilístico, todavia, não comprova ser a única beneficiária do de cujus, também deixando de atestar o nexo de causalidade entre o falecimento da vítima e o aduzido acidente.

Conforme já mencionado na peça de bloqueio, a certidão de óbito não certifica que o falecimento da vítima tenha decorrido do suposto acidente.

Ademais, conforme descrito no laudo cadavérico, a *causa mortis* se deu por infarto agudo do miocárdio, **NÃO HAVENDO QUALQUER RELAÇÃO COM O SUPOSTO ACIDENTE**:



Cumpra salientar que no próprio laudo cadavérico resta informado que a vítima ficou internada em unidade hospitalar por 7 dias, vindo a óbito ao final do tratamento:



Desta forma, requer a intimação da parte autora para que apresente boletim médico com o fito de comprovar o nexo causal entre o sinistro e a morte da vítima.

Caso não seja comprovado o alegado acima, ante a completa ausência de nexo causal entre o suposto acidente e o óbito da vítima, requer que a presente demanda seja julgada totalmente improcedente, com fundamento no artigo 485, I, da Lei Processual Civil.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

JABOATAO DOS GUARARAPES, 12 de junho de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/PE 4246

ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR
30225 - OAB/PE

